

## SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

### CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL

#### ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL (CONSEC).

No dia 06 de dezembro do ano de dois mil e dezessete, em Belo Horizonte/MG, no Palácio das Artes, com a presença de 15 (quinze) conselheiros representantes da Sociedade Civil e 10 (dez) conselheiros representantes do Poder Público, conforme assinaturas constantes na lista de presença, sob presidência do Secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo, realizou-se a 23ª reunião ordinária do CONSEC.

O Presidente do Conselho, Secretário Angelo Oswaldo, enfatizou a importância do órgão colegiado para os rumos de uma política cultural estruturada no Estado de Minas Gerais: ressaltou, dessa forma, a ampla participação dos conselheiros na construção do Plano Estadual de Cultura, que foi aprovado com êxito na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ademais, o Secretário pontuou que, como as políticas culturais do Estado são sempre balizadas pelo CONSEC, devido a suas discussões e deliberações. Dessa forma, é criada uma base cultural para Minas Gerais, que se faz muito importante, uma vez que cria a união entre as diversas culturas presentes no Estado. Após as considerações iniciais, o Secretário Angelo pontua algumas demandas que a sociedade civil pleiteou junto à Secretaria de Estado de Cultura (SEC/MG) no que concerne à abertura de editais específicos para o setor cultural da dança. Nesse sentido, sugere que haja uma reunião entre os representantes da Sociedade Civil, os Secretários e a Superintendente de Interiorização e Ação Cultural para que seja pensada uma forma de incluir o setor de dança em legislações já existentes, ou em legislações novas em tramitação, como o Novo Sistema de Financiamento e o próprio Plano Estadual de Cultura. Dessa maneira, evitaria todos os processos longos e burocráticos de criação de uma nova legislação. Ressalta que, de fato, é muito importante que o setor tenha esse reconhecimento, uma vez que até então não havia recebido esse destaque; enaltece, também, os outros editais presentes na SEC que abrangem os diferentes setores, fortalecendo-os e incentivando-os. Por fim, o Secretário aproveita o momento para agradecer aos conselheiros pelos trabalhos prestados ao longo de 2017, desejando um ótimo novo para todas e todos. Passa a palavra ao Secretário Adjunto João Miguel para suas considerações e início dos trabalhos.

O Secretário Adjunto João Miguel deseja um ótimo dia de trabalhos a todas e a todos, passando diretamente para a leitura e aprovação da ata da 22ª segunda Reunião Ordinária, realizada em Guaxupé, bem como da pauta da 23ª Reunião Ordinária. Antes da leitura de ambos documentos, João Miguel propõe uma alteração na pauta, acrescentando a exposição sobre o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB), que será realizada pelo Superintendente de Bibliotecas, Lucas Guimarães. Após a sugestão, tanto a ata quanto a pauta são aprovadas por unanimidade. Assim, a reunião é iniciada com a exposição do PELLLB.

A conselheira Rosana, do segmento de Literatura, Livro e Leitura, aproveita para agradecer ao Lucas pela ajuda na formulação e nas discussões dos fóruns técnicos do PELLLB. Lucas agradece pelo reconhecimento e inicia sua exposição agradecendo não só à Rosana, mas

também a todo o Conselho e aos Secretários, pela ajuda e pelo trabalho, sem os quais não teria alavancado o PELLB e as Bibliotecas públicas do Estado. Após os agradecimentos, Lucas ressalta a importância do PELLB para Minas Gerais, por ser o segundo estado com maior número de fluxo de festivais e feiras literárias do país, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, há um giro econômico expressivo em torno do setor literário, representando não só o livro e a literatura, mas todas as setorialidades.

Secretário Angelo pede licença na fala de Lucas para informar uma notícia urgente sobre a operação Esperança Equilibrada, da Polícia Federal, deflagrada no início da manhã, levando sob condução coercitiva o ex-reitor e a ex-vice-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aproveitando a informação lida pelo Secretário, Lucas relembra da época em que havia um índice de livros proibidos (*index librorum prohibitorum*), em que não era permitida a circulação e a manutenção de alguns volumes de determinados títulos nas bibliotecas, do mesmo modo que já tiveram diversos outros momentos de censura e obscurantismo. Logo após, o Superintendente de Bibliotecas retoma sua fala sobre o PELLB, enfatizando sua importância para que os festivais, feiras e eventos literários continuem acontecendo sem maiores dificuldades, fomentando a leitura no Estado. Ressalta, dessa forma, a importância de se alcançar a meta de instalação de Bibliotecas públicas em todos os municípios do Estado de Minas Gerais. Secretário Angelo parabeniza Lucas e toda sua equipe pelo trabalho e esforço em consolidar este Plano que é de suma importância não só para a Cultura, mas também para a Educação do Estado. Aproveitando o momento, a conselheira Sula, do segmento de Circo, presenteia Lucas com o livro sobre o Circo, produzido com o apoio da SEC.

Após as considerações acerca do PELLB, João Miguel passa a palavra aos integrantes da Câmara Temática de Patrimônio e Memória. A conselheira Cacilda, do segmento de Patrimônio Material e Imaterial, inicia sua fala pontuando o que foi discutido, internamente, na reunião da Câmara, no dia anterior, sobre a proposta de criação de uma nova cadeira representativa para o CONSEC, a saber, a cadeira de Artesanato. O Secretário Angelo pede licença na fala de Cacilda para apresentar, brevemente, o recém lançado programa do Governo do Estado chamado “+Artesanato”, que tem como objetivo incentivar e fomentar a produção do segmento. Dando sequência à pauta, o conselheiro João Roberto (JR), do segmento de Patrimônio Material e Imaterial, foi o representante da Câmara de Patrimônio escolhido para expor os motivos pelos quais deveria ser criada a nova cadeira do Conselho. Os motivos elencados por JR foram: a necessidade de uma política pública unificada para o fortalecimento do setor que, assim como a cultura gastronômica do Estado, demonstra toda a diversidade cultural presente em Minas Gerais. Além disso, seria mais uma instância em que os artesãos poderiam encontrar respaldo e apoio em suas demandas, tomando conhecimento de seus direitos e das políticas culturais voltadas ao setor. Dessa forma, a Câmara de Patrimônio e Memória formaliza sua proposta de criação de uma nova cadeira para o segmento, sendo incluída para as próximas eleições do CONSEC, que acontecerão no final de 2018. Assim, o Secretário Angelo coloca o requerimento a pleno para ser votado, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, João Miguel ressalta que não há necessidade de se fazer um processo extraordinário, tal qual ocorreu com a Gastronomia, tendo em vista que o processo eleitoral ordinário já está próximo. O conselheiro JR agradece ao Conselho pelo apoio na criação de uma nova cadeira, uma vez que estarão empoderando uma classe. Ao fim da proposição da cadeira do Artesanato, a conselheira Cacilda traz mais alguns informes da reunião da Câmara de Patrimônio e Memória, entre eles a sugestão de convidar a Secretária de Estado de Educação (SEE/MG), Macaé, para que a SEC, conjuntamente com a SEE, possa construir ações educativas-culturais quanto à questão da censura em exposições de arte, como a confecção de cartilhas. A proposta de convite à Secretária Macaé foi aprovada por

unanimidade, ficando como encaminhamento para convidá-la para a próxima reunião, a ser realizada em março de 2018.

Findando os repasses da Câmara de Patrimônio e Memória, o Secretário Adjunto João Miguel passa a palavra à conselheira Maria Regina, para que possa repassar o discutido na reunião da Câmara de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso. Maria Regina, do segmento de Dança, fala sobre os Projetos de Lei (PL's) encaminhados à Câmara para que os conselheiros dessem parecer acerca da matéria, sendo a maioria concernente à declaração de utilidade pública determinadas associações. O último PL (4673/2017), com a matéria mais polêmica, versa sobre a classificação indicativa de mostras, filmes, etc. Maria Regina pontua que a Câmara se manifestou de forma desfavorável ao PL, por acreditar que é uma forma de censura ao trabalho dos artistas. Sendo assim, Maria Regina sugere que seja encaminhado um ofício ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Adalclever Lopes, e ao presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), Henrique Braga, que demonstre a posição do CONSEEC acerca de temas afins; todos acatam a sugestão.

Após as considerações feitas pelas Câmaras Temáticas, o conselheiro Marco Aurélio, do segmento de Audiovisual e Novas mídias, traz à tona a questão dos vetos ao Plano Estadual de Cultura. Rapidamente é esclarecido pela conselheira Maria Regina, pelo conselheiro Eduardo, representante da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF/MG), e pelo conselheiro Bruno, do segmento de Culturas tradicionais, populares e folclóricas. Os conselheiros elucidaram que os vetos ao Plano giram em torno apenas de questões técnicas acerca de competência privativa do Governador, sendo vício de iniciativa do Poder Legislativo em propor demandas. Além disso, Bruno pontua que algumas matérias retiradas do Plano se encontram no PL 4450/2017<sup>1</sup>, tal qual o aumento da porcentagem destinada à Cultura no orçamento do Estado; salienta, também, que o PL deveria ser aprovado em sua integralidade, por ser de suma importância para o Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais. Ademais, ressalta a importância da participação ativa do Conselho, com movimentações junto aos segmentos representativos, para que os vetos não ocorram. Aproveitando o espaço de fala, Bruno coloca um ponto discutido na reunião da Câmara de Fomento, acerca da possibilidade de ser ofertado um curso de capacitação aos conselheiros acerca do acompanhamento e fiscalização dos termos de parceria e de fomento (convênios) firmados entre a SEC e entidades culturais.

Secretário Angelo reitera como o PL 4450/2017 é, de fato, muito importante para o sistema cultural do Estado e destaca alguns editais de fomento e incentivo que a SEC tem, além da LEIC e do Fundo Estadual de Cultura (FEC), como o Cena Minas, Circula Minas, etc. Conselheiro Xisto, do segmento do Circo, aproveita para posicionar o fato de que o Cena Minas não é executado desde 2015, ainda que seja um edital de suma importância para o segmento do teatro, do circo e demais segmentos afins. Dessa forma, pleiteia que este edital seja uma ação permanente da SEC, sendo incluído em seu orçamento anual. O Secretário Adjunto João Miguel pontua que se deve pensar para além de apenas aumentar o orçamento; é preciso pensar, também, em um redirecionamento financeiro efetivo e eficaz de modo a executar os editais propostos. O conselheiro Eduardo ressalta que essa foi a primeira vez que um Secretário de Fazenda se dispôs a debater o aumento do orçamento para a Cultura; essa pasta era comumente ignorada ao longo dos anos.

O conselheiro Ênio, do segmento de Música, pontua que a questão da redução de contrapartidas deveria ir além: sugere que haja um estudo da possibilidade de aumentar os prazos para os próximos editais da Lei de Incentivo à Cultura (LEIC), para que os candidatos, captadores e produtores tenham mais tempo de trabalhar e de se organizar, além de os próprios servidores da SEC terem mais tempo para avaliar todo o extenso universo de projetos propostos.

<sup>1</sup> O PL 4450/2017 institui o Sistema Estadual da Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva.

Terminadas as considerações, a conselheira Sula pede licença para agradecer pelo apoio da SEC na construção do projeto Cidade do Circo, aliada à articulação junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) e ao Conselho Estadual de Patrimônio (CONEP), para que possam estudar a possibilidade de incluir na pontuação do ICMS cultural o apoio municipal à causa circense, no sentido de as cidades acolherem os circenses que se hospedam nos municípios para realizar seus espetáculos. Os Secretários irão conferir com a presidente do Iepha, Michele Arroyo, qual o andamento da proposição outrora encaminhada.

Logo em seguida, o Secretário Adjunto João Miguel encerra a primeira parte da reunião e libera todas e todos para o almoço, com retorno às 14:30.

A segunda parte da reunião inicia-se com um informe acerca dos acontecimentos na Comissão de Participação Popular, da ALMG, para debater a revisão do orçamento público para o ano de 2018, com sugestões oferecidas pela sociedade civil. João Miguel ressalta que este espaço oferecido pelo Poder Legislativo mineiro deve ser ocupado cada vez mais no passar dos anos, para que o orçamento seja, de fato, mais participativo. Pontua que, esse ano (2017), cidadãos dos mais diversos territórios do Estado de Minas Gerais participaram da discussão e apresentaram propostas, que já se tornaram proposições encaminhadas ou emendas parlamentares. Ademais, o Secretário Adjunto destaca a ação conjunta entre a SEC e a ALMG para oferecer o curso de conselheiros aos municípios do Estado, que tem papel fundamental na capacitação e formação dos conselheiros municipais.

Logo após, alguns conselheiros aproveitam para agradecer à equipe da SEC pelo apoio prestado na realização de alguns eventos culturais. O conselheiro Carluty, do segmento de Teatro, coloca a importância de divulgação desses eventos, para dar visibilidade às cidades sedes, especialmente aquelas que não são tão conhecidas. Aproveita para dar o exemplo de sua cidade, Confins, que conceitua como uma “cidade de passagem”, não sendo explorada pelas pessoas; a importância da realização de eventos culturais se dá pelo fato de o interesse turístico ser despertado. Ana Cristina, representante da ALMG, pontua que a casa legislativa também oferece diversos espaços culturais e que, desde o ano passado (2016), vêm sendo publicados editais de ocupação para que os espaços públicos sejam utilizados da melhor maneira possível; os editais são para ocupação de artesanato, artes plásticas e cênicas. João Miguel aproveita para enaltecer o trabalho de um artesão da cidade de Chapada do Norte, Leandro, que produz peças incríveis; pontua que a possibilidade de se realizar uma exposição no ano de 2018 com os trabalhos do artista.

Ao fim da rodada de agradecimentos, o Secretário Adjunto propõe à Câmara de Fomento e Mecanismos de Participação que seja realizada uma reunião com o Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura (SFIC), Felipe Amado, para que discutam a questão da redução da contrapartida e outros pontos relativos à LEIC, como o alargamento do prazo de captação de recursos pelos candidatos. Conselheiro Ênio enfatiza que a prorrogação do período seria de suma importância para as empresas patrocinadoras, que muitas vezes ficam perdidas em como lidar com os trâmites financeiros e burocráticos da captação; além disso, coloca que deve ser pensado não só no edital de 2017, mas também no edital de 2018, para que não ocorra o “efeito bola de neve” do ano de 2015. Conselheiro Eduardo pontua que, apesar de a discussão sobre a viabilidade de extensão ser válida, juridicamente seria difícil de executar a proposta. João Miguel finaliza a discussão ressaltando que tudo será devidamente conversado com Felipe Amado para estudar a exequibilidade da matéria, de modo que nenhuma das partes - ou seja, Poder Público, candidato e empresa- seja prejudicada. Aproveitando o momento, o Secretário Adjunto traz um informe sobre proposta trazida após reunião com a Comissão de Cultura da ALMG acerca da formulação de um calendário de lançamento de editais, para que não haja uma lacuna entre as edições,

<sup>1</sup> O PL 4450/2017 institui o Sistema Estadual da Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva.

possibilitando, assim, maior planejamento dos candidatos. Esse calendário ajudaria, também, na questão da captação de recursos da LEIC.

Conselheiro Bruno pontua que, na última Reunião Ordinária (22ª Reunião), realizada em Guaxupé, foi deliberado que se criaria um grupo de trabalho para discutir as questões propostas no PL 4450/2017, formado pela Câmara de Fomento e Mecanismos de Participação, mas que, até o momento, não tinha sido possível realizar a reunião. Propõe que a primeira reunião seja realizada em janeiro ou fevereiro, pelo portal do Participa.mg, uma vez que não seria possível trazer os conselheiros do interior por conta de o orçamento abrir apenas em março. João Miguel coloca como encaminhamento desse ponto a possibilidade de uma videoconferência, pelo Participa.mg, ou uma discussão pelo e-mail institucional do CONSEC até que o orçamento do ano de 2018 seja aberto.

Dando continuidade à reunião, o Secretário Adjunto passa para o próximo ponto de pauta, a saber, a participação do Conselho em programas do Governo voltados à Gastronomia; passa a palavra ao conselheiro Jackson, do segmento de Gastronomia. Jackson inicia sua fala explicando que é necessário um maior acompanhamento dos candidatos aos programas da Gastronomia, em todos os processos de implementação e execução dos projetos, dando apoio técnico. O conselheiro ressalta que, como a cadeira representativa do segmento da Gastronomia foi recentemente implantada no CONSEC, muitos integrantes deste setor ainda não têm o *know-how* de como funcionam os processos de candidatura a editais do Estado. Além disso, destaca que deve haver um incentivo e acompanhamento para que os realizadores de eventos gastronômicos, por exemplo, ofereçam e forneçam contrapartidas sólidas e produtivas à sociedade. Carola, Secretária Executiva do CONSEC, pontua que, para a cultura gastronômica, no âmbito do Sistema Estadual de Cultura e do Plano Estadual de Cultura, alavancar é necessário que tanto o Governo, quanto a sociedade civil e o Conselho, trabalhem juntos para fomentar ainda mais o setor no Estado. João Miguel elucida que, na maioria dos editais, a contrapartida não é pré-definida, ou seja, não há uma espécie de tabela com quais contrapartidas serão aceitas ou não; quando há a especificação de contrapartida é apenas relacionada a ações que não trarão ônus ao participante. Júlia, representante da Codemig, coloca que os termos de parceria firmados entre a empresa e as associações também estabelecem contrapartidas, visando fomentar as áreas culturais de interesse, por exemplo, a Gastronomia e a Moda, interiorizando a ação cultural do Estado. Dessa forma, como encaminhamento da sugestão do conselheiro Jackson, ficou decidido que seria estudada a possibilidade de redação de um ofício pedindo que as contrapartidas dos editais fossem orientadas pelo lado de formação técnica da sociedade.

Antes de dar prosseguimento às pautas da reunião, o Secretário Adjunto João Miguel propõe duas questões ao pleno do Conselho. A primeira trata-se de uma votação, por sugestão da conselheira Rosana, diz respeito à mudança de nome do segmento de Livro, Leitura e Literatura para Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, por ser mais abrangente e estar em consonância com o PELLLB; Ana Cristina também ressalta que a proposta de substituição da nomenclatura surgiu a partir de discussões e demandas do Fórum Técnico do Livro. A partir desse pedido, alguns outros conselheiros também pediram para que o nome de seu segmento fosse mudado; João Miguel indica, então, que cada conselheiro apresente formalmente, na primeira reunião de 2018, suas sugestões de mudança e, assim, todos as denominações serão alteradas juntas, antes das eleições. Já a segunda questão relaciona-se ao fato da ausência constante por parte de alguns conselheiros aos encontros do CONSEC, especialmente dos conselheiros titulares. O conselheiro Bruno ressalta que, apesar de a presença dos suplentes não ser obrigatória quando os titulares estão presentes, é importante que esses também compareçam para participarem das comissões e acompanharem as discussões. A conselheira Sula enfatiza que é preciso, além de exigir a

<sup>1</sup> O PL 4450/2017 institui o Sistema Estadual da Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva.

presença da Sociedade Civil, demandar a presença, também, do Poder Público, que se ausenta regularmente das reuniões, dificultando o diálogo amplo e aberto. Ênio pontua que a discussão sobre a ausência dos conselheiros vai além de apenas penalizá-los individualmente, passa também pelo fato de o próprio Conselho e o segmento perderem em representatividade nos debates que permeiam as reuniões. Aproveitando o momento de fala, o conselheiro sugere que haja uma mudança no regimento no seguinte sentido: em eventual vacância da titularidade do segmento por conta de renúncia do conselheiro, em lugar de o suplente assumir o posto, colocar a terceira pessoa mais votada nas últimas eleições. O conselheiro JR pontua que o regimento do Conselho precisa, realmente, de algumas mudanças que viabilizem da melhor forma possível a logística; além disso, sugere que um calendário de reuniões seja construído, para que todas e todos possam se organizar mais satisfatoriamente ao longo do ano para comparecer nos encontros. Como encaminhamento das sugestões, o Secretário Adjunto João Miguel orienta a todas e a todos que comuniquem, formalmente, por e-mail, todas as propostas para que possa ser feito um estudo acerca da possibilidade de realização.

Ao fim da discussão sobre este assunto, João Miguel dá seguimento ao próximo ponto de pauta, a saber, a questão das manifestações contrárias às exposições de arte. O conselheiro Eduardo relembra que o CONSEC já havia produzido uma carta aberta acerca do tema, com amplo envolvimento de todas e de todos, mas que seria necessário se pensar, também, em algumas medidas que pudessem mitigar esses problemas. Dessa forma, sugere que, na próxima reunião, o assunto seja retomado com mais profundidade, ponderando maneiras de trabalhar conjuntamente com a Educação, de modo a formar as crianças e os jovens com mais espírito de tolerância e senso crítico. A conselheira Sula reforça a ideia de que a presença da Secretária de Estado de Educação, Macaé, na próxima reunião, seria de fundamental importância para o fomento e melhoria no diálogo e fortalecimento dos segmentos culturais. Aproveitando a lembrança, a conselheira Neuza, representante da SEE, concorda que seria muito bom se a Secretária pudesse comparecer à próxima reunião do Conselho, até mesmo para elucidar quais programas a SEE já possui e já está executando. O conselheiro Rodrigo coloca que na reunião de Câmaras, no dia anterior, a proposta feita foi a de que fosse construído um VT para exibição na Rede Minas e um *podcast* para transmissão nas rádios, com conteúdo de conscientização, utilizando recursos do Conselho. Sendo assim, os encaminhamentos deste ponto de pauta ficam para a próxima reunião do CONSEC, a ser realizada em março de 2018, para que o Conselho consiga fazer ações mais aprofundadas.

Finalizando a reunião, o Secretário Adjunto João Miguel agradece a presença de todas e de todos, em nome do Secretário e de toda a equipe da SEC, pontuando como o ano de 2017 foi produtivo para o Conselho, com diversos trabalhos executados e efetivados com êxito, sempre com dedicação e esforço. Assim, encerra a reunião, convocando para a próxima reunião ordinária do CONSEC que será realizada no mês de março de 2018, em data a definir como de praxe.